

Recortes de Imprensa

Setembro 2017



Apoio:



Novo GABINETE DE APOIO

Com a missão de apoiar as vítimas de crime, os seus familiares e



CHAMADA GRATUITA
116 006
LINHA DE APOIO À VÍTIMA

amigos, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) tem, ao longo de 27 anos, construído e ampliado as suas redes de serviços de proximidade por todo o País. A cerimónia de abertura do novo gabinete da APAV, em Oeiras, terá lugar no dia 8 de setembro, às 11h00, e irá contar com a presença do seu presidente, João Lázaro, e do presidente da CMO, Paulo Vistas.



APOIO À VÍTIMA

APAV apoiou 161 vítimas e agora abre gabinete de apoio

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), aposta no concelho para a abertura de mais um Gabinete de Apoio à Vítima (GAV).

Em 2016, 161 pessoas residentes no concelho recorreram à associação, vítimas de crime e/ou outras formas de violência, o que corresponde a 8,6 % das ocorrências no distrito de Lisboa (1870).

Segundo Raquel Simão, gestora do GAV de Oeiras da APAV, conta que "persiste ainda algum desconhecimento sobre a pluralidade da atuação da APAV, julgando muitas pessoas que a nossa missão se cinge ao apoio de vítimas de violência



doméstica", mas a APAV apoia também vítimas de outros crimes como furto, burla, carjacking, ameaça, homicídio.

O novo GAV da associação, em Oeiras, conta com o apoio do Município e

da PSP (Divisão Policial de Oeiras do COMETLUS) e situa-se nas instalações da Esquadra de Oeiras da PSP, na Rua do Espargal, n.º18.

• Daniela Paulo



ID: 71457001

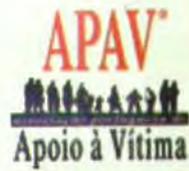
01-09-2017

Oeiras inaugura Gabinete de Apoio à Vítima

Câmara Municipal de Oeiras investe cerca de 100 mil euros ao longo dos próximos três anos no apoio a vítimas de crimes. A Câmara Municipal de Oeiras inaugurou no mês de Setembro, o Gabinete de Apoio à Vítima de Oeiras, que corresponde ao investimento que a autarquia tem feito na prevenção de casos de violência. Este novo projeto contará com a intervenção da PSP, através da 'Casa da Maria' – espaço de atendimento policial, na sede da Divisão Policial de Oeiras –, da APAV, através do gabinete agora criado, e da autarquia, enquanto gestora de uma vasta rede de intervenção social. O Gabinete de Apoio à Vítima de Oeiras tem disponíveis serviços de apoio à vítima de crime, a vários níveis: emocional, jurídico, psicológico, social e prático. O atendimento e o acompanhamento são personalizados; o apoio é confidencial e gratuito. "Temos apostado fortemente, e com sucesso, no combate à criminalidade por forma a tornar Oeiras num dos concelhos mais



seguros da Grande Lisboa. Ainda assim, o trabalho de prevenção continua e as vítimas de crimes violentos merecem sempre a nossa especial atenção. O Gabinete de Apoio à Vítima resulta desta nossa intenção, em articulação com a APAV e a PSP", salienta o Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Paulo Vistas.



Para melhor servir as vítimas de crime

A cerimónia de abertura do Gabinete de Apoio à Vítima de Oeiras terá lugar no dia 8 de setembro, às 11h00, e irá contar com a presença do presidente da APAV, João Lázaro, e do presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Paulo Vistas. O novo Gabinete de Apoio à Vítima fica situado na Rua do Espargal, n.º 18, em Oeiras.



APAV Açores



COORDENAÇÃO SÍLVIA BRANCO | EMAIL silviabranco@apav.pt

Violência Institucional

Nota de Abertura

APAV Açores 10 Anos a Dar Voz ao Silêncio

A violência institucional tem ganhado uma maior atenção por parte dos académicos e profissionais, bem como das próprias instituições, que adotam medidas de prevenção e combate deste problema. Estudos recentes revelam que, sensivelmente 3,5% dos profissionais da Europa já foram vitimados. Em termos de proporção, são mais vitimados os profissionais ligados ao Ensino (básico, médio e universitário) e os profissionais ligados à Saúde, especialmente enfermeiros.

De acordo com os resultados divulgados do Projeto Assédio Sexual e Moral no Local de Trabalho em Portugal, do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG), do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) e da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no emprego (CITE): 16.5% da população ativa em Portugal já sofreu, pelo menos uma vez durante a sua vida profissional, uma forma de assédio moral no trabalho; pelo que, possivelmente, 856.350 pessoas já foram vítimas, dado que a população chegava às 5.190.000 pessoas no primeiro trimestre de 2015. Perante outros estudos realizados e face aos resultados obtidos, é importante a criação e implementação de mais medidas de prevenção e combate da violência institucional.*

O acesso a serviços de apoio à vítima pode revelar-se essencial para ultrapassar ou, pelo menos, minimizar o impacto do crime

Entende-se por violência institucional qualquer tipo de violência exercida no contexto de uma Instituição, quer seja pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, praticada contra pessoas de ambos os sexos e de qualquer idade.

A nível das instituições de intervenção social, a violência institucional tende a passar despercebida, na medida em que surge associada a problemas estruturais e simbólicos. Estão ainda relacionados a procedimentos burocráticos que, por via do hábito, ganharam estatuto de práticas correntes, naturais, aceites ou pelo menos suportadas pelos próprios profissionais dessas instituições ou serviços, pelos destinatários de intervenção ou por outros parceiros profissionais ou institucionais.

Existem outros casos de violência em instituições, cada vez mais conhecidos, como por exemplo, os serviços de Saúde, estabelecimentos de Ensino, etc.

Algumas formas de Violência Institucional:

- **Assédio Moral, ou Mobbing:** conjunto de condutas que consubstanciam violência psicológica contra um trabalhador, por um superior hierárquico ou colega, sob a forma do uso de formas de comunicação agressiva (gritos); injúria, com alusões



e palavras ordinárias em privado ou público; depreciação e humilhação; fomento da sua ostracização por parte dos colegas; manipulação da sua atividade profissional, mediante a sonogação de projetos e imposição de prazos impossíveis de cumprir ou sem justificação; esvaziamento do conteúdo funcional e a atribuição de funções que ficam aquém das suas qualificações académicas e profissionais; atemorizações constantes; mentira e difamação, criando rumores maliciosos e fazendo interpreta-

ções e narrações distorcidas de fatos ocorridos; fomento de mau estar, desconfiança mútua ou de inimizade da vítima com os seus colegas; apropriação de ideias, projetos e trabalhos, sem revelar a verdadeira autoria; ameaça de instauração de processos disciplinares ou de despedimento.

- **Violência institucional em que as vítimas são os utentes da instituição:** pessoas que a frequentam estão ou nelas estão internadas, por motivos de saúde, lazer, educação, cujos agressores são dirigentes e/ou funcionários

da instituição. Comportamentos associados à falta de respeito no atendimento e no tratamento dos utentes, discriminação, reparos depreciativos insultos e difamação isolamento, etc caracterizam este tipo de violência. Assédio sexual, abuso sexual e violação podem, ainda, constituir uma prática no âmbito da violência institucional;

- **Violência institucional exercida pelos utentes sobre os profissionais:** forma de violência ainda pouco conhecida. No entanto, os recentes estudos apontam para uma incidência nos Profissionais de Saúde, sendo um fenómeno multifatorial e transversal a várias unidades de Saúde.

Que efeitos tem na vítima?

As consequências dependem sempre da natureza dos atos praticados e da sua duração, entre outras variáveis. Assim, a vítima poderá vivenciar alguns dos seguintes efeitos negativos:

- Baixa autoestima;
- Angústia;
- Irritabilidade;
- Déficit de atenção;
- Perturbações do sono;
- Ansiedade;
- Depressão;
- Alterações do foro psicossomático com queixas frequentes ao nível dos sistemas digestivo e nervoso autónomo.

Quem sofre um crime tem APAV.

- Se precisa de ajuda contacte a APAV através da linha de Apoio à Vítima 116 006 (dias úteis das 08h00 às 18h00, chamada gratuita);

- Presencialmente num dos Gabinetes de Apoio à Vítima da APAV;

- Por email apav.pontadelgada@apav.pt*

APAV

Oeiras passa a ter gabinete de apoio

Associação que há 27 anos ajuda diariamente as vítimas de violência passa a estar presente em 25 concelhos, através de 18 instalações de apoio.



Novo espaço fica situado nas instalações da Esquadra de Oeiras da PSP, na Rua do Espargal

JOÃO MONIZ
jmoniz@destak.pt

É uma missão diária, cumprida sem folgas há 27 anos. E é para melhor apoiar as vítimas de crime, os seus familiares e amigos que a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) procura sempre estar mais perto de quem precisa, ampliando as suas redes de serviços de proximidade por todo o país.

Neste âmbito, a organização vai inaugurar o novo Gabinete de Apoio à Vítima de Oeiras esta sexta-feira, às 11h, numa cerimónia que contará com os presidentes da APAV e da autarquia, que apoia este projeto, tal

como a Polícia de Segurança Pública. É que a APAV ficará instalada na esquadra de Oeiras da PSP, na Rua do Espargal, nº 18.

Deste modo, a associação passa a estar diretamente presente em 25 concelhos através da sua rede nacional de 18 Gabinetes de Apoio à Vítima, alicerçada nas três sub-redes de apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual (CARRE), familiares e amigos de vítimas de homicídio (RAFAVH) e vítimas migrantes e de discriminação (UAVM+D), bem como na rede de Casas de Abrigo. Já para não falar na Linha de Apoio à Vítima - 116 006 - número europeu gratuito de apoio a vítimas.

Para além das três sub-redes de apoio especializado, APAV também lida com linha de apoio

'App' de apoio às vítimas

Desde 10 de março que a AppVD, APoio contra a Violência Doméstica funciona como guia de apoio para vítimas de violência doméstica. Segundo dados avançados pelo Governo ao Diário de Notícias, cerca de mil pessoas já descarregaram esta aplicação nos últimos seis meses. Além das vítimas de violência doméstica, recorrem à *app* profissionais de saúde e educação que apoiam estes casos.



Cyber bullying e terapias alternativas em debate

S. JOÃO DA MADEIRA Cyber bullying, a violência no namoro, a protecção da criança e a regulação das competências parentais, a justiça restaurativa, terapias alternativas nas alterações comportamentais na infância, alunos com capacidades e talentos superiores são temas a abordar na edição deste ano das “Jornadas da Educação” de S. João da Madeira.

A abertura, que decorrerá nos Paços da Cultura, está marcada para as 9.30 horas de amanhã. O evento assinala o início do próximo ano lectivo através do debate entre investigadores e especialistas, docentes e demais profissionais da educação, esperando-se, ao longo dos dois dias, cerca de duas centenas de participantes.

Entre os oradores contam-se os directores dos três agrupamentos de escolas do município e um responsável do Centro de Educação Integral (CEI), bem como representantes de diversas entidades ligadas ao sector, como o Centro de Competência TIC da Universidade de Aveiro, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de S. João da Madeira e Associação Nacional Estudo e Intervenção na Sobredotação.

Joaquim Manuel Silva, juiz do Tribunal de Família e Menores de Sintra, também realizará uma intervenção, agendada para o painel temático da tarde do primeiro dia, na qual abordará o tema “Proteger de forma Maior o direito do Menor”. ◀

**Crimes de ódio****APAV cria site para estrangeiros vítimas de crimes**

Os estrangeiros em Portugal, particularmente imigrantes e refugiados, que sejam vítimas de crime podem conhecer os seus direitos através do novo site da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). A página disponibiliza informação sobre discriminação, crimes de ódio e tráfico de seres humanos.



ID: 71158555

06-09-2017

APAV**AJUDA ESTRANGEIROS**

A APAV tem um novo site (www.apav.pt/uavmd) que se destina a ajudar refugiados, migrantes e estrangeiros em geral que sejam vítimas de crime.



■ OEIRAS

APAV INAUGURA GABINETE DE APOIO À VÍTIMA

A nova unidade vai funcionar nas instalações da Esquadra da Polícia de Segurança Pública de Oeiras.

A cerimónia de abertura do Gabinete de Apoio à Víctima de Oeiras terá lugar no dia 8 de setembro, sexta, às 11h00m, e irá contar com a presença do Presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Víctima (APAV), João Lázaro, e do Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Paulo Vistas.

O novo Gabinete de Apoio à Víctima conta com o apoio do Município de Oeiras e da Polícia de Segurança Pública (Divisão Policial de Oeiras do COMETLIS) e fica situado nas instalações da Esquadra de Oeiras da Polícia de Segurança Pública (PSP), na Rua do Espargal, nº 18.

Deste modo, a APAV passa a estar diretamente presente em 25 concelhos através da sua rede nacional de 18 Gabinetes de Apoio à Víctima®, alicerçada nas três sub-redes de apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual (CARE),

familiares e amigos de vítimas de homicídio (RAFA-VH) e vítimas migrantes e de discriminação (UAVM+D), bem como na rede de Casas de Abrigo e à Linha de Apoio à Víctima - 116 006 - número europeu gratuito de apoio a vítimas.

Numa nota enviada à imprensa, “a APAV acredita e trabalha para que quem é vítima de crime em Portugal tenha e veja os seus direitos reconhecidos, garantido o seu exercício não somente em letra de lei, considerando-se para isso essenciais a informação e os serviços qualificados e independentes de apoio à vítima”.

Na sua missão de apoiar vítimas de crime, seus familiares e amigos, “a APAV tem, ao longo de 27 anos, construído e am-

pliado as suas redes de serviços de proximidade por todo o país para estar mais perto e melhor servir os cidadãos vítimas de crime”.





actualidade

Associação de Apoio à Vítima inaugura gabinete em Oeiras



Especializado, gratuito e confidencial. Assim é o acompanhamento provido pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) junto de quem sofreu qualquer tipo de crime, seus familiares e amigos. Um serviço que passa a estar disponível de forma presencial em Oeiras, com a inauguração de um gabinete de atendimento ao público.

Duas salas de atendimento (uma delas com uma área específica para crianças), uma zona de espera e uma casa-de-banho formam as instalações do Gabinete de Apoio à Vítima de Oeiras. Aquela que será a 18.ª unidade deste género daquela associação, espalhadas por vários pontos do país, insere-se no objectivo de ampliar as suas redes de serviços de proximidade “para estar mais perto e melhor servir os cidadãos vítimas de crime”.

A inauguração das instalações em Oeiras, localizadas no edifício da Esquadra de Oeiras da PSP (Rua do Espargal, n.º 18), está marcada para esta sexta-feira (dia 8), pelas 11h00, e deverá ter a presença do presidente da APAV, João Lázaro, e do presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Paulo Vistas. Recorde-se que o novo serviço tem o apoio da autarquia oeirense, bem como da Polícia de Segurança Pública (Divisão de Oeiras do COMETLIS).

O Gabinete de Apoio à Vítima de Oeiras funcionará todos os dias úteis, ininterruptamente das 10h00 às 18h00. Em termos de meios humanos, segundo explicou ao JR a gestora do equipamento, Raquel Simão, o atendimento será assegurado “por duas pessoas em permanência, habilitadas para o atendimento ao público, que farão o levantamento das necessidades específicas de cada caso reportado, podendo elas próprias acompanhar o processo, se for a sua área de formação específica ou, não o sendo, canalizar os utentes para um corpo alargado de técnicos de apoio à vítima que ficam a colaborar connosco, abrangendo as mais variadas áreas”.

A responsável pelo novo gabinete da APAV em Oeiras destaca o carácter especializado, gratuito e confidencial do acompanhamento prestado. “É importante que as pessoas tenham esta questão bem presente para as incentivar a quebrar barreiras e a vir ter connosco”, reforça.

Raquel Simão enfatiza, por outro lado, que “qualquer pessoa vítima de qualquer

tipo de crime, mas também seus familiares e amigos”, poderão procurar este novo serviço, “solicitando informação sobre os seus direitos e o apoio especializado de que necessitem”. Um esclarecimento relevante, uma vez que “ainda persiste um desconhecimento relativamente grande sobre a pluralidade de apoios que a APAV abrange e, por norma, as pessoas centram-se muito no apoio a vítimas de violência doméstica”.

Na verdade, o auxílio prestado por aquela associação, a nível jurídico, psicológico e social, inclui três redes de apoio especializado: uma para crianças e jovens vítimas de violência sexual, outra para familiares e amigos de vítimas de homicídio e, por fim, uma rede de apoio a vítimas migrantes e discriminação. No entanto, “estas mais-valias específicas de oferta disponível em todos os gabinetes” não excluem o apoio noutro género de crimes como, por exemplo, burla, difamação, perseguição persistente (‘stalking’) ou a violência doméstica...

Em relação a esta última problemática, refira-se que, apesar de ocupar o mesmo edifício em que está a funcionar, desde há alguns meses, a Casa Maria – uma iniciativa da PSP especializada na resposta específica à violência doméstica – estes “são dois projectos completamente autónomos e independentes em termos de funcionamento e de espaços físicos”, ressalva a responsável pelo Gabinete da APAV em Oeiras, embora se congratule com a “natural colaboração” entre ambos.

No seu todo, trata-se, pois, de um vasto conjunto de situações que a APAV ajuda a gerir e a ultrapassar, numa missão que pode ser realizada por telefone, por via electrónica ou presencialmente. Além dos 18 gabinetes (abrangendo 24 localidades), aquela associação conta, ainda, com três Casas Abrigo para mulheres vítimas de violência e tráfico de seres humanos, bem como uma linha telefónica de apoio à vítima de crime que é um número europeu gratuito (o 116 006).

Jorge A. Ferreira





Vila Franca de Xira com Unidade de Apoio à Vítima Migrante

Novo serviço tem recebido pedidos de apoio por parte de pessoas de todo o concelho. A maioria das pessoas que procuraram apoio é originária de países africanos de língua oficial portuguesa ou do Brasil.

Vila Franca de Xira foi o local escolhido pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) para abrir uma Unidade de Apoio à Vítima Migrante, que começou a funcionar em Abril, embora a inauguração oficial esteja agendada só para Outubro.

Esse serviço surge no âmbito da Rede de Apoio à Vítima Migrante e de Discriminação da APAV, que tem vindo a apoiar pessoas migrantes desde 2005. A equipa técnica é composta por uma psicóloga e uma jurista apoiadas por uma equipa de voluntários. A Unidade de Vila Franca de Xira tem como público-alvo os



foto DR

cidadãos nacionais de países terceiros (não-europeus). A maioria das pessoas que procurou apoio da unidade é originária de países africanos de língua oficial portuguesa ou do Brasil. “Temos recebido pedidos de apoio por parte de pessoas de todo o concelho de Vila Franca de Xira, desde a Póvoa de Santa Iria a Castanheira do Ribatejo”, esclarece ainda a APAV.

“A unidade tem vindo a receber um número crescente de pedidos de apoio. As situações de crime ou violência que levam as pessoas a procurar o nosso apoio são diversas: as vítimas de violência doméstica, homens e mulheres, constituem a maior percentagem, mas temos vindo a apoiar pessoas vítimas de discriminação, perseguição, ameaças e outros crimes”, esclarece a APAV, alertando que uma das dificuldades que as vítimas enfrentam é “a ausência de uma rede de suporte social, uma vez que frequentemente se encontram longe da família e amigos”.

Outras dificuldades, como a barreira da língua e o desconhecimento dos seus direitos e serviços de apoio, constituem obstáculos na hora de obterem apoio. “Na maioria dos casos tem sido a vítima a contactar-nos ou a ser encaminhada por outras entidades de apoio social ou pela polícia, mas também temos algumas situações em que são amigos ou familiares a fazê-lo”, avisa a APAV.



New site for foreign victims of crime

All foreigners in Portugal, particularly immigrants and refugees, who are victims of crimes, can learn about their rights from a new site published by the Portuguese Association of Victim Support (APAV).

The new site was created as a result of work done by the Support Unit for Migrant and Discrimination Victims, and it wants to provide information about specific crimes, namely discrimination, hate crimes, human trafficking and female genital mutilation.

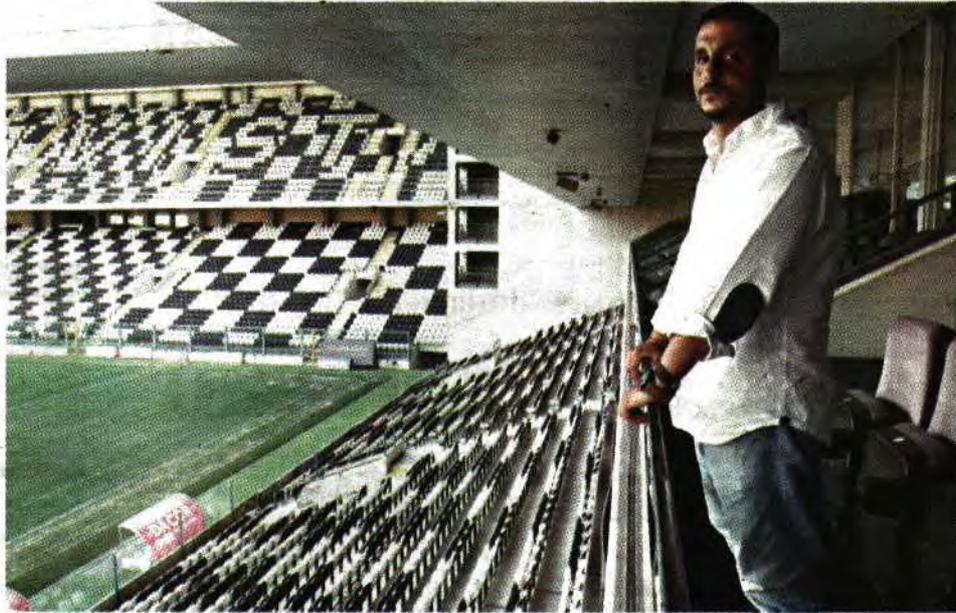
The new site, available on:

www.apav.pt/uavmd, is already written in Portuguese, but some parts have been translated into English.

It is expected that the site will encourage more people to lodge complaints with the police as it is important to help victims who are not Portuguese regardless of their nationality. *TPN/Lusa*

Violência Quase três anos depois das agressões em Guimarães, que lhe roubaram um olho, João Freitas continua à espera de justiça

Quando o futebol é um drama real



Agora, João Freitas só acompanha os jogos do Boavista no Estádio do Bessa

► “Três anos pode parecer muito tempo, mas não é nada para lidar com isto”. É assim que João Freitas começa a recordar ao IN o que aconteceu em Guimarães no dia 3 de outubro de 2014. O adepto boaviteiro preparava-se para entrar no estádio do Vitória quando foi agredido “sem qualquer razão” pela polícia. Acabou por perder um olho e continua à espera de justiça.

Vimaranenses e panteras defrontam-se, amanhã, no D. Afonso Henriques, mas ver futebol fora do Bessa é só uma das coisas que João Freitas não voltou a fazer. Três anos depois, o advogado, de 36 anos, continua com muitas perguntas: “Como é possível um ser humano fazer isto a outro sem motivo? E mesmo que houvesse motivo, deixar uma família destrocada – porque não sou só eu a vítima, mas todos os que me rodeiam – é inconcebível”, realça com um nervosismo evidente: “Após ser revistado, saí do autocarro

à margem :

Livro como escape e em forma solidária

Nestes três anos de recuperação e depois de ter perdido grande parte da carteira de clientes, João Freitas dedicou-se à escrita e editou o livro “O futebol e o sentido da vida”, que tem o prefácio de João Lázaro, presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. “Escrever foi um escape: não o considero um livro, é um aglomerado de palavras, de pensamentos que para ali estão e cujas receitas revertem para o nosso atleta Edu [Ferreira] que, infelizmente, está com uma doença oncológica. Espero que recupere rapidamente”, diz o autor que, em conjunto com o irmão, gere a página de Facebook “Jamais será esquecido”, que denuncia várias situações de violência gratuita. M.P.

quando um polícia me disse, com termos menos próprios, ‘não pode estar aí’. Respondi que só estava à espera do meu irmão. Fui empurrado e, a partir daí, começou a barbárie quando eu estava no chão. Fiz cinco ou seis operações até à remoção do olho direito”.

Como advogado até “compreende” os “tempos normais da justiça”, mas promete ir até ao fim, enquanto espera pela conclusão do inquérito da Inspeção-Geral da Administração Interna: “A PSP devia remover as maçãs podres e os polícias bons, que também os há, não deviam compactuar com isto. Como vou explicar ao meu filho que, se precisar de ajuda, a deve pedir a um polícia? Que o meu exemplo não se repita e que no jogo deste fim de semana corra tudo bem”.

MIGUEL PATACO

Ver vídeo em
WWW.JN.PT



OEIRAS

Sede da PSP acolhe APAV

❏ A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) inaugurou esta sexta-feira, na sede da PSP de Oeiras, o seu 18.º gabinete a nível nacional. No mesmo espaço já funciona desde maio a 'Casa da Maria', um gabinete da PSP que pretende também apoiar as vítimas, em especial as de violência doméstica

ou de crimes violentos.

Na inauguração deste novo gabinete de apoio às vítimas de crimes estiveram presentes o presidente da APAV, João Lázaro, o comandante do Comando Metropolitano de Lisboa, o superintendente Jorge Maurício e o presidente da Câmara de Oeiras, Paulo Vistas. ● J.F.



Instalações inauguradas

Concerto solidário na Lagoa nos 10 anos da APAV Açores

Foto: CML



A Presidente da Câmara Municipal da Lagoa, Cristina Calisto, marcou presença no Concerto Solidário promovido pela APAV Açores.

A iniciativa, que assinalou 10 anos de existência e que contou com a participação do Grupo de Cantares Tradicionais de Santa Cruz, teve lugar no Cine Teatro Lagoense Francisco D' Amaral Almeida.

Na ocasião, a autarca lagoense felicitou a associação pelo seu aniversário, "que simboliza dez anos de trabalho e cuja existência é reveladora de que vivemos num mundo imperfeito, onde o ser humano continua ainda a surpreender-nos pela negativa."



PARCERIA ENTRE AUTARQUIA E PSP

APAV ABRE GABINETE DE APOIO À VÍTIMA EM OEIRAS

Garantir apoio psicológico, jurídico e social é um dos propósitos dos gabinetes de apoio às vítimas de crime que a APAV tem vindo a instalar nos últimos 27 anos. O gabinete de Oeiras foi o último a ser inaugurado e vai funcionar na Esquadra da PSP.

Este é já o décimo oitavo Gabinete de Apoio à Vítima inaugurado nos 27 anos de existência da associação. Agora em Oeiras, no comando da Polícia de Segurança Pública (PSP), a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) pretende continuar a preconizar a sua “missão e visão, ou seja, apoiar as vítimas de crime”.

Segundo Raquel Simão, gestora do Gabinete de Apoio à Vítima de Oeiras, “este apoio centra-se nas vertentes de apoio jurídico, psicológico e social”.

Com presença física diária para receber qualquer cidadão que seja vítima de crime, “vão estar em permanência dois colaboradores especializados no apoio a estes cidadãos, número que irá crescer com o passar do tempo”, explica.

Psicológicos, juristas, técnicos na área do serviço social e de outras áreas compõem, de acordo com Raquel Simão, o elenco de especialistas deste gabinete.

Como sublinha a gestora, e tendo em conta a experiência da APAV nos outros equipamentos semelhantes, “a grande maioria das vítimas vem por iniciativa própria, mas podem chegar através da indicação de amigos, familiares, conhecidos, que procuram junto da associação obter os primeiros esclarecimentos de como podem orientar a vítima”.

Todos os contactos neste sentido podem ser feitos através de “forma presencial, telefone, online ou por escrito”.

O facto deste Gabinete de Apoio à Vítima situar-se dentro da Esquadra da PSP de Oeiras é para Raquel Simão um sinal da “visão de dinamismo e inovação na articulação com as forças de segurança”. O elemento que reforça a “importante união de esforços no sentido de apoiar as vítimas”.

Mas o acompanhamento da vítima não se fica apenas no primeiro contacto. “O apoio pode ser mais prolongado no tempo, como é o caso do suporte psicológico, não tem de terminar num único atendimento”.

E desmistificar o tipo de crime é também, para a gestora do gabinete, muito importante: “a APAV apoia todas as vítimas de qualquer crime, não só no âmbito da violência doméstica. Apesar deste ser o que mais chega até nós, há cada vez mais procura de apoio especializado para vítimas de outros tipos de crime”.

27 ANOS

Durante a inauguração do Gabinete de Apoio à Vítima de Oeiras, João Lázaro mostrou-se orgulhoso pelo momento. O presidente da APAV salientou a importância da abertura do 18º equipamento do género: “há quase 27 anos, dávamos os primeiros passos rumo a um futuro que hoje nos permite estar localizados em vinte e cinco localidades, através de uma rede nacional de 18 gabinetes de apoio à vítima, três casas abrigo para mu-

lheres e filhos, três redes de apoio especializadas a crianças e jovens vítimas de violência sexual, bem

como uma linha de apoio europeu à vítima”.

E acrescentou: “numa aborda-

constante pela atualização e aprimoramento dos procedimentos e conhecimentos. As vítimas de crimes que são os nossos clientes assim o exigem e assim o merecem”, adianta. Por outro lado, “a atuação da APAV assenta numa filosofia de trabalho em rede e este protocolo é um exemplo de articulação entre diversas entidades, com o objetivo maior de possibilitar uma resposta mais integrada, completa e eficaz a quem é vítima de crime”.

Para além de “acreditar na relevância do trabalho em parceria”, João Lázaro reforça o facto de que esta inauguração “possa ser o exemplo de atuação conjunta ao serviço de quem é vítima de crime”.

Já Paulo Vistas destacou que “o sucesso é o resultado da nossa capacidade de trabalhar em equipa”.

Nestes projetos, “esta união vai resultar num melhor serviço às pessoas, de uma forma mais humana”, afirmou o presidente da Câmara Municipal de Oeiras.

“Nós estamos preocupados com as pessoas que são vítimas de crime, que são vítimas da violência de toda a espécie. E por isso é importante o espaço onde são recebidos, a forma como são atendidos”, relata.

Assim, “é fundamental para essas pessoas saberem que, para além da queixa e trâmites judiciais, há alguém que se preocupa com eles e que procura uma resposta social. Procura sinalizá-los, enquadrá-los, apoiá-los e ajudá-los”.

O autarca falou ainda de “um concelho referência” a nível nacional: “não conheço muitos municípios que tenham este tipo de prática, que tenham chegado a este nível de entendimento de coordenação, de parceria, sobretudo a este nível de preocupação com as pessoas”.



gem cada vez mais de serviço de proximidade, como uma organização nacional de referência de apoio às vítimas de todos os crimes, o trabalho que a APAV desenvolve visa apoiar quem é vítima de crime, os seus familiares e amigos”.

“Fazemos de forma gratuita, confidencial, especializada e qualificada, com a preocupação

Gabinete de Apoio à Vítima já funciona



Que seja mais um exemplo de sucesso da estratégia de articulação entre instituições e de trabalho em rede, foi o que desejaram, unanimemente, para o Gabinete de Apoio à Vítima de Oeiras, os representantes das três entidades envolvidas na criação deste novo equipamento social de proximidade, recentemente inaugurado, na esquadra sede da Divisão de Oeiras (Rua do Espargal, n.º 18).

“A actuação da APAV assenta numa lógica de trabalho em rede, com diversas organizações e entidades sem as quais não seria possível uma resposta integrada, articulada e efectiva”, confirmou, na ocasião, João Lázaro, presidente da direcção da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, agradecendo à PSP de Oeiras por “fazerem nossa a vossa casa”.

De acordo com o protocolo assinado entre as partes envolvidas, a PSP cede parte das suas instalações na referida esquadra – onde funciona a Divisão de Oeiras do Comando Metropolitano de Lisboa – para o funcionamento do GAV Oeiras da APAV, disponibilizando, também, linhas telefónicas e assumindo, ainda, as despesas de água e electricidade, limpeza e conservação.

Por seu turno, a autarquia contribui através de apoio financeiro, logístico, de divulgação e de articulação com as entidades da rede social de Oeiras. O seu presidente, Paulo Vistas, realçou, a propósito do novo serviço, que se trata do “resultado da nossa capacidade de trabalhar em equipa”, pois, “nada disto seria possível se cada um de nós trabalhasse de forma isolada”, reforçou o edil. Juntando os dois projectos sociais a funcionar (lado a lado, mas de forma autónoma), naquela esquadra – a Casa Maria e agora o GAV – Paulo Vistas salientou que ambos visam atender os munícipes “de forma mais próxima, mais humana”. “É importante para essas pessoas que foram vítimas de crime saberem que, para além do papel, dos trâmites legais, há alguém que se preocupa com eles e que procura uma resposta social, que as procura sinalizar, enquadrar e ajudar”.

No mesmo sentido, o superintendente Jorge Maurício, responsável do COMETLIS, enfatizou a

importância da qualidade do atendimento ao público. “Fizemos um manual do atendimento a sensibilizar para esta questão porque cada vez mais a forma como os cidadãos são acolhidos é crucial e é aí que reside grande parte do sucesso da nossa missão”, disse aquele responsável. Um apelo ainda mais pertinente “numa casa como esta que está cada vez mais aberta aos cidadãos e em que há uma responsabilidade acrescida, sem dúvida”, uma vez que “as pessoas que aqui se dirigem estão muito mais fragilizadas e mais precisarão deste atendimento, deste conforto e deste encaminhamento...”.

O superintendente destacou, ainda, a forma como os projectos foram operacionalizados. “Inserem-se naquilo que eu entendo que a PSP tem de materializar: trabalhar em rede e em parceria”. Uma “aposta estratégica” porque, afinal, “sozinhos até poderemos ir mais rápido, mas em equipa vamos sempre mais longe”.

Jorge A. Ferreira

Conhecimento ‘validado e actualizado’



Há quase 27 anos que a APAV deu “os primeiros passos rumo a um futuro que nos permite estar hoje representados em 25 localidades através de uma rede nacional de 18 GAV, três casas-abrigo para mulheres vítima de violência doméstica e seus filhos, três redes de apoio especializado - a crianças e jovens vítimas de violência sexual, a familiares e amigos de vítimas de homicídio, e vítimas imigrantes e discriminação -, bem como o número europeu gratuito de apoio às vítimas de crime (0 116 006), numa abordagem cada vez mais de serviço de proximidade”, frisou o presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, João Lázaro.

Apoiar quem é vítima de crime, os seus familiares e amigos, de forma gratuita, confidencial, e qualificada é o cerne da missão da APAV. Por via telefónica, ‘on line’ ou presencialmente, “de uma forma individualizada,

ouvimos, informamos e apoiamos cada pessoa com base nas necessidades e nas características e contexto do crime de que foi alvo”, acentuou aquele responsável, fazendo notar que na base desta missão está “um conhecimento construído e validado, continuamente actualizado ao longo de mais de duas décadas, a par das melhores práticas a nível nacional e internacional”.

Com gestão a cargo de Raquel Simão, o GAV Oeiras funcionará de segunda a sexta-feira, das 10h00 às 18h00, no edifício da Esquadra de Oeiras da PSP (Rua do Espargal, n.º 18). Em espaço contíguo funciona, desde Abril, a ‘Casa Maria’, para onde são canalizados, sempre que possível, os casos de violência doméstica verificados no concelho (embora estes casos possam continuar a ser apresentados em qualquer esquadra). Segundo o JR apurou, este serviço está a registar uma média de um atendimento por dia.

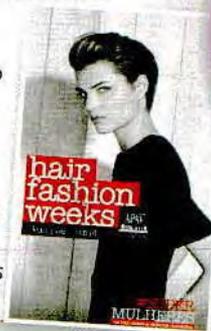


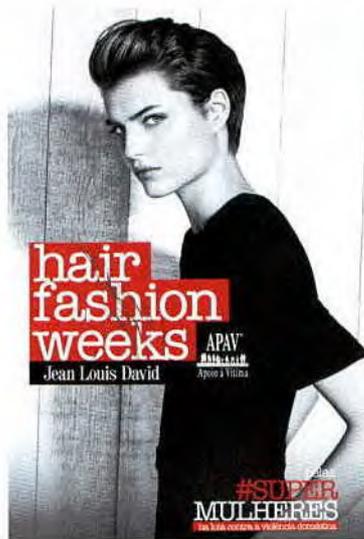
SUPERMULHERES contra **A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Pelo 3.º ano consecutivo, a cadeia de cabeleiros Jean Louis David promove a iniciativa *Hair Fashion Weeks*.

A próxima iniciativa realiza-se de 11 a 24 de

setembro. Esta será já a VI edição da iniciativa, em parceria com a APAV, instituição a favor da qual irá reverter parte do valor das vendas dos *packs* promocionais.





FIQUE MAIS BONITA AO MESMO TEMPO QUE AJUDA A APAV

Pelo 3.º ano consecutivo, Jean Louis David promove a iniciativa Hair Fashion Weeks. Um evento que acontece duas vezes por ano, sendo que a próxima realiza-se de 11 a 24 de setembro. Esta será a VI edição, em parceria com a APAV, instituição a favor da qual irá reverter parte do valor das vendas dos packs promocionais.

ACTIVA

ESTILO DE VIDA

Jean Louis-David e APAV juntas contra a violência doméstica

Até dia 24, ao participar na Hair Fashion Week, está a ajudar.

Activa.pt

22 DE SETEMBRO DE 2017



A **Jean Louis David** lançou mais uma edição, a VI, das **Hair Fashion Weeks (HFW)**, uma iniciativa solidária a favor de uma instituição de solidariedade social, desta vez a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Para esclarecer mais sobre esta iniciativa, falámos com a APAV, que também nos elucidou sobre uma problemática que ainda assola a sociedade portuguesa - a violência doméstica, cujos números continuam a ser preocupantes no nosso país.

Vítimas de homicídio nos Açores procuram apoio junto da APAV

ARQUIVO AO/EDUARDO RESENDES

São cônjuges e filhos que perderam familiares por crimes de homicídio e procuram apoio psicológico e jurídico

ANA PAULA FONSECA
afonseca@acorianooriental.pt

Nos últimos quatro anos mais de duas dezenas de vítimas de homicídio procuraram apoio da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), num período em que se registaram 19 crimes de homicídio voluntário consumado nos Açores.

As vítimas são principalmente familiares e amigos que procuram os serviços do Gabinete de Apoio à Vítima da APAV nos Açores, a nível jurídico, social e psicológico.

Desde 2013, que a APAV tem em funcionamento a Rede de Apoio a Familiares e Amigos de Vítimas de Homicídio (RAFAVH), sendo a Polícia Judiciária a principal parceira e com a qual a associação mantém, desde 2013, um protocolo de referência de vítimas.

Pela delegação regional da APAV nos Açores, sediada em Ponta Delgada, já passaram nos últimos quatro anos um total de 24 vítimas de homicídio consumado, sendo 2013 e 2015 os anos em que a associação recebeu mais pedidos de apoio (10 e 8 vítimas, respetivamente).

Segundo Raquel Rebelo, gestora do Gabinete de Apoio à Vítima

em Ponta Delgada, a maioria dos casos chega por referência de algumas entidades, entre elas, a Polícia Judiciária com quem “mantemos um protocolo, em que as vítimas assinam um termo de consentimento aceitando os nossos serviços”.

Nos Açores, e de acordo com dados do Ministério da Justiça, entre 2013 e 2016 foram praticados 13.545 crimes contra as pessoas, sendo que os contra a vida totalizaram mais de uma centena: sendo 19 homicídios voluntários consumados; 24 homicídios por negligência por acidente de viação, e 62 na tipologia de outros contra a vida.

São os crimes contra a integridade física a ser os mais representativos nas estatísticas e, no caso da Região, no período em referência, totalizaram 8.899.

Os pedidos de apoio psicológico e jurídico são os mais solicitados junto do Gabinete da APAV em Ponta Delgada

A APAV nos Açores e que está integrada na RAFAVH nacional presta três tipos de apoio: jurídico, social e psicológico, prestados a familiares e amigos vítimas de homicídio. São dos familiares mais diretos, como cônjuges e filhos, que chegam mais pedidos de apoio. Apesar da delegação ter sede em Ponta Delgada, os técnicos da APAV também se deslocam a outras ilhas ou utilizam as novas tecnologias, como Skype



Desde 2013 que a APAV tem em funcionamento a Rede de Apoio a Familiares e Amigos de Vítimas de Homicídio

como afirma Raquel Rebelo.

Esta rede de apoio especializada oferece uma resposta às pessoas que, não sendo vítimas diretas do crime de homicídio e muitas vezes não sendo consideradas como vítimas pelas entidades do sistema judicial, “sofrem em silêncio pelo impacto que o crime provocou nas suas vidas”.

A RAFAVH tem vindo, desde a sua criação, a colaborar com os mais diferentes parceiros, estabelecendo protocolos de parceria que visam a referência de vítimas, seus/suas familiares e amigos/as, perspetivando uma conti-

nuidade no apoio que recebem, garantindo que é, efetivamente, disponibilizado, e evitando a re-traumatização que o sistema judicial pode provocar.

Os pedidos de apoio psicológico e jurídico são os mais solicitados junto da APAV em Ponta Delgada. A nível psicológico, a perda brusca, já que um homicídio não foi uma morte natural, “causa nas pessoas sentimentos de revolta e de inquietação”, como relata Raquel Rebelo, acrescentando que “num primeiro momento, estas pessoas não tomam consciência do que realmente aconteceu”.

Em termos jurídicos, as vítimas solicitam auxílio nos procedimentos a nível do processo crime e dos pedidos de indemnização.

Os apoios sociais relacionam-se, essencialmente, com a perda de rendimentos devido à morte de um membro da família.

No ano passado, o Gabinete da APAV de Ponta Delgada registou um total de 496 processos de apoio à vítima e 442 vítimas diretas de 796 crimes e outras formas de violência, na sua maioria de maus tratos físicos e psíquicos (dentro do crime de violência doméstica).*



“O que falta fazer? Antes de mais, acreditar nas vítimas”

Quase cinco anos depois da ratificação do tratado do Conselho da Europa sobre violência contra mulheres e violência doméstica, Portugal reflecte sobre como a lei tem evoluído para responder às vítimas

Violência sexual Aline Flor

“É mais fácil para uma mulher dizer que foi vítima de violência doméstica do que de uma agressão sexual. Muitas das formas de agressão sexual contra mulheres e crianças não são sequer vistas como agressão, mas como comportamentos normalizados e legitimados pela cultura.” Foi com estas palavras que a juíza do Tribunal Constitucional Clara Sottomayor abriu a sua intervenção no seminário “O Direito a Viver livre de Violência. O que falta fazer em Portugal?”, organizado pela Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV).

Num momento em que Portugal está a iniciar o processo de avaliação da aplicação da convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica – a chamada Convenção de Istambul, ratificada pelo país em Fevereiro de 2013 –, o painel do encontro de quinta-feira sobre “A Convenção de Istambul enquanto instrumento de combate à violência” juntou ainda Teresa Féria, da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas (APMJ), e Isabel Ventura, perita no Observatório da Violência contra as Mulheres do Lobby Europeu das Mulheres.

A violência sexual – e as respostas às vítimas deste tipo de crime – foi um dos temas em foco. Isabel Ventura trouxe para o debate os dados do Eurobarómetro de 2016 sobre as atitudes face aos crimes sexuais e violência doméstica: 19% dos portugueses que responderam consideraram que pode justificar-se ter sexo sem consentimento – uma violação – quando alguém está embriagado ou sob o efeito de drogas. E outros 10% disseram que se justifica ter sexo sem consentimento se a pessoa andar sozinha à noite.

Existem, aliás, várias ideias pré-concebidas relacionadas com o contexto em que a violência sexual ocorre. “As pessoas ainda acreditam num dos maiores mitos da violação, de que é mais provável ser-se vítima de um desconhecido, mas isto não corresponde às estatísticas”, su-

blinou Isabel Ventura. Para Clara Sottomayor, “a violência sexual permanece a forma de violência mais escondida e aquela que a sociedade mais legítima”. Persiste, contudo, uma desconfiança sobre as sobreviventes. O Eurobarómetro de 2016 mostra que 19% dos portugueses consideram que as mulheres muitas vezes inventam ou exageram as alegações de abuso sexual ou violação.

Recentemente, foi publicada uma notícia citando fonte da PJ que referia que 33% a 40% das denúncias de crimes sexuais são falsas, mas isto contraria os dados que temos”, diz Isabel Ventura. Em 2008, o Instituto de Medicina Legal publicou os resultados de um estudo em que seguiu 100 queixas de violação apresentadas ao Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa, e os dados indicam que apenas 5% das queixas de violação serão falsas denúncias. “Parece-me preocupante que o órgão de polícia criminal que investiga estes crimes venha a afirmar uma coisa destas, sem dizer como é que chegaram a estes dados, porque é uma mensagem muito perigosa para as vítimas.”

“O que acho que falta fazer? Antes de mais, acreditar nas vítimas”, remata.

A formação dos magistrados

Vários pontos da Convenção de Istambul foram integrados na legislação portuguesa. Por exemplo, em 2015, foram criados os crimes de perseguição e casamento forçado e autonomizado o crime de mutilação genital feminina; em Maio deste ano, foram introduzidas novas regras para a regulação urgente das responsabilidades parentais em situações de violência doméstica. Mas as soluções nem sempre são satisfatórias – seja porque a lei é insuficiente, ou porque encontra obstáculos na sua aplicação. A avaliação junto do Conselho da Europa que agora começa é um processo de diálogo que tem precisamente como objectivo “ajudar os países a melhorar o seu desempenho”, sublinhou Catarina Marcelino numa entrevista recente ao PÚBLICO.

As respostas do Governo ao questionário do grupo de peritos do Con-



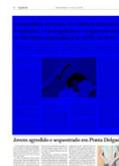
Edição de 2012 da marcha anual de mulheres contra a violência

selho da Europa foram conhecidas a 8 de Setembro. Da parte das ONG, a AMCV e a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres estão a dinamizar um grupo de trabalho alargado para elaborar um parecer com recomendações. A APMJ já entregou o seu relatório. Margarida Medina Martins, da AMCV, refere que “as questões que se põem, de facto, são a concretização [da legislação] no terreno, o que implica por parte da sociedade civil uma reflexão crítica”. Daniel Cotrim, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, diz que, “teoricamente, Portugal tem das melhores leis de protecção de vítimas de violência doméstica”. Agora, se os direitos das vítimas “estão a ser aplicados, a APAV tem algumas dúvidas”. “O tempo do sistema ainda não é o da vítima – e dentro do sistema estão as organizações, os tribunais, a polícia. Ainda se demora muito tempo a resolver situações fundamentais da vida das pessoas.”

A aplicação da lei preocupa Clara Sottomayor. Reconhece que nem sempre as normas são “interpretadas e aplicadas à luz dos princípios plasmados na Convenção de Istambul”. Os juízes deveriam aceitar “a noção de violência de género como uma forma de violência estrutural que atinge desproporcionalmente as mulheres, reconhecendo-as como um grupo discriminado e subordinado na sociedade”.

No painel também se debateu o enquadramento da violação como crime semipúblico, a inadequação da lei aos crimes relacionados com as novas tecnologias que vitimam mais as mulheres e ainda a possibilidade de alargar o conceito de vítima, em casos de violência doméstica, às pessoas que presenciam a agressão. Por fim, existe falta de formação especializada de magistrados e outros profissionais, diz Clara Sottomayor. “Há um desfasamento entre a lei nos livros e a lei em acção.” E continuamos a ter decisões judiciais onde os “preconceitos sociais em relação às vítimas e em relação à violência sexual” ainda são visíveis na sua fundamentação.

aline.flor@publico.pt



ID: 71467262

27-09-2017

Gabinete de Ponta Delgada prestou apoio jurídico e recebe apoio de várias instituições 4 homicídios, 616 casos de violência doméstica, 6 violações, 13 perseguições e 3 sequestros entre os 796 crimes registados pela APAV em 2016

Decalcando os números estatísticos de 2016 do gabinete de Ponta Delgada, entre outros, no que respeita aos crimes registados e outras formas de violência a que foi prestado apoio, foram registados 4 casos de homicídio, 30 de ofensa à integridade física simples, 3 de ofensa à integridade física grav, 616 de violência doméstica (maus-tratos físicos e psíquicos), 6 por maus-tratos e 2 outros crimes contra a vida ou integridade física.

O Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) de Ponta Delgada da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou em 2016 um total de 496 processos de apoio à vítima e a 442 vítimas directas de 796 crimes e outras formas de violência.

O relatório, no que concerne aos crimes e outras formas de violência registada, destaca os Crimes Contra as Pessoas, com uma dimensão de 94,1% face ao total. De entre estes, o documento salienta os maus tratos físicos e os maus tratos psíquicos (dentro do crime de Violência Doméstica), que representam cerca de 57%.

Decalcando os números estatísticos do gabinete de Ponta Delgada, no que respeita aos crimes registados e outras formas de violência a que foi prestado apoio, foram registados 4 casos de homicídio, 30 de ofensa à integridade física simples, 3 de ofensa à integridade física grave; 616 de violência doméstica (maus tratos físicos e psíquicos, 6 por maus tratos, 2 outros crimes contra a vida ou integridade física. Nos crimes contra as pessoas, liberdade pessoal, foram registados 31 por ameaça/coacção e 3 por sequestro. No capítulo de crimes de natureza sexual contra as pessoas, o gabinete de Ponta Delgada registou a ocorrência de 6 por violação, 4 por importunação sexual, 4 por abuso sexual de crianças, 2 por coacção sexual e 1 por crimes sexuais.

Nos crimes de honra, há o registo de 12 por Difamação/injúrias; 9 por Violação de domicílio ou perturbação da vida privada, 7 por Devassa da vida privada/gravações e fotografias ilícitas; 4 por violação de correspondência ou de telecomunicações e 2 por outros crimes contra a honra.

Nos Crimes contra a vida em sociedade, o gabinete registou 1 de subtração de menor e 9 por violação da obrigação de alimentos.

Já no que respeita aos crimes contra o património foram apoiadas 9 pessoas por furto em residência / edifício com arrombamento ou escalonamento, 5 por furto, 1 por abuso de confiança, 7 por dano, 3 por burla e 2 por crimes



Foto: simulação

Do apoio prestado pelo GAV, 442 pessoas foram vítimas de crime, e de entre estas, 78,5% eram mulheres

contra o Património.

No tocante a outras formas de violência, em 2016 ficou o registo de 13 casos de assédio persistente (Stalking).

Dos diversos tipos de apoio prestado pela APAV, o apoio jurídico foi o mais assinalado com mais de 50% dos registos, segundo revela o documento, o qual adianta também que do total de processos assinalados pelo Gabinete de Apoio à Vítima de Ponta Delgada, em 89,1% verificava-se a existência de crime. Dos/as 496 utentes assinalados/as pelo GAV de Ponta Delgada em 2016, 442 foram vítimas de crime, e de entre estas 78,5% eram do sexo feminino. As faixas etárias mais referenciadas situavam-se entre os 35 e os 44 anos de idade (17,2%), seguindo-se a faixa entre os 25 e os 34 anos (10,4%) e finalmente a faixa etária entre os 45 e

os 54 anos (9,7%).As vítimas casadas (35,5%) e solteiras (27,1%) foram os principais alvos dos/as autores de crime, pertencendo em cerca de 41,2% a uma família nuclear com filhos. As famílias monoparentais ainda representavam 12,4% do total de vítimas assinaladas. Dos níveis de escolaridade referenciados, destacam-se o ensino superior (6,1%) e o ensino básico de 1º ciclo (5,7%).

No que diz respeito à actividade económica da vítima, cerca de 31% encontravam-se empregadas. No entanto um número ainda significativo encontrava-se numa situação de desemprego (17,4%).Das 442 vítimas, a maioria residiam no concelho de Ponta Delgada (45,9%), seguindo-se o concelho de Lagoa (10,9%).O contexto das relações de intimidade continua a sobressair no que diz respeito à relação da vítima com

o/a autor/a do crime. As relações de cônjuge, companheiro/a, ex-cônjuge, ex-companheiro/a, ex-namorado/a e namorado/a no seu conjunto totalizam 49,7% das relações existentes entre vítima e autor/a do crime. Cerca de 80% dos/as 453 autores/as de crime registados/as pelo Gabinete de Apoio à Vítima de Ponta Delgada em 2016, eram do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos (30,8%).Tal como no caso das vítimas, também o/a autor/a do crime se encontrava maioritariamente no estado civil de casado/a (37,5%), seguindo-se os/as solteiros/as (11,5%). Em mais de 30% das situações, estes/as encontravam-se empregados/as. O tipo de vitimação continuada (56%), com uma duração entre 2 e 6 anos (12,1%) prevaleceu no ano de 2016. Em mais de 50% das situações, o local do crime mais referenciado em 2016 foi a residência comum (da vítima e do/a autor/a), seguindo-se a residência da vítima (11,1%). Das situações que chegaram ao Gabinete de Apoio à Vítima de Ponta Delgada em 2016, 54% foram alvo de queixa numa entidade policial.

No relatório publicado é referido que nos contactos efectuados para a APAV, os contactos telefónicos (55,7%) e presenciais (33,5%), prevaleceram face aos restantes, no entanto os contactos via e-mail e redes sociais tem vindo a ganhar algum peso (7,5%).Os contactos efectuados para o GAV de Ponta Delgada são, maioritariamente, efectuados pelos utentes (53,6%), seguindo-se os contactos de familiares (19,6%).No que diz respeito à forma como os/as utentes chegam ao Gabinete, os encaminhamentos efectuados pela PSP atingiram quase os 30%.

Mais, refere o documento que a conexão entre a APAV e outras entidades, é o espelho do trabalho de cooperação e multidisciplinaridade existente no trabalho diário da Associação. No Gabinete de Apoio à Vítima de Ponta Delgada, a Segurança Social foi a entidade que mais cooperou com a APAV, com um total de 23,5%.

N.C.



Prevenção da violência contra as crianças vai a Vila Real

APAV promove atividades para prevenir violência contra crianças

O projeto Junt@s na Prevenção da Violência contra as Crianças vai a Vila Real para desenvolver “ferramentas de intervenção inovadoras para crianças do primeiro ciclo do ensino básico”.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) promove no próximo dia 27 de setembro, quarta-feira, o ‘Dia J’ em que serão apresentados o livro ‘A Estrela de Klahan’ e o jogo ‘Junt@s no Quiz’. A apresentação terá lugar no Jumbo de Vila Real, às 14h30.

No local, segundo a informação enviada às redações, estará a autoria do livro, Ana Paula Figueira, do ilustrador



do mesmo, Pedro Emanuel Santos, e de Gil de Carmo, autor da versão áudio do conto.

‘A Estrela de Klahan’ conta um audiobook, com a narrativa da história e música,

enquanto o ‘Junt@s no Quiz’, consiste num jogo com perguntas e respostas alusivas aos temas igualdade de género, relacionamentos, efeitos da violência, direitos e segurança. É

destinado a crianças a partir dos 6 anos idade

“O livro e o jogo foram desenvolvidos no âmbito do projeto Junt@s na Prevenção da Violência contra as Crianças, que tem como objetivo principal o desenvolvimento de ferramentas de intervenção inovadoras para crianças do primeiro ciclo do ensino básico, com o intuito de educar as crianças para o estabelecimento e manutenção de relações saudáveis; dotando-as de competências de segurança caso sejam vítimas de crime, procurando diminuir o risco de as crianças serem vítimas de violência e de crime”, lê-se no comunicado.

Fonte: Lusa



APAV Açores



COORDENAÇÃO SÍLVIA BRANCO | EMAIL silvia Branco@apav.pt

Turistas Vítimas de Crime: May I Help You?

Nota de Abertura

APAV Açores 10 Anos a Dar Voz ao Silêncio

Desde sempre que as pessoas viajam por todo o mundo independentemente de fronteiras. Fronteiras de países começaram a ser delimitadas e Leis reguladoras da sua passagem começaram a ser desenvolvidas. Nenhuma Lei foi alguma vez um verdadeiro limite ao instinto nómada da raça Humana e esta é a ligação que junta de forma harmoniosa todas as pessoas que se movimentam por todo o mundo: diferentes línguas, cultura histórias de vida tornam-se conhecimento do mundo. É um facto que crimes acontecem em todos os países, eles são, infelizmente, parte da sociedade. O aproveitamento da vulnerabilidade das pessoas é uma prática comum entre criminosos.

Quando uma pessoa é vítima de crime, ela sofre um efeito traumático que tem fortes consequências em diferentes níveis, nomeadamente: social, económico e psicológico. Quando é vítima num outro Estado Membro, o crime ocorre num local onde há uma cultura, geografia e muitas vezes uma língua diferente. Estes fatores aumentam de forma exponencial o impacto do crime na vítima e diminui a possibilidade da vítima participar diretamente no processo-crime. *

Os turistas que sofrem um crime têm, em regra, os mesmos direitos do que qualquer cidadão nacional

Apesar de não haver estatísticas específicas sobre a vitimação de turistas em Portugal, a experiência da APAV revela que os crimes que atingem mais frequentemente este grupo são roubo, furto, o furto em residência e os crimes sexuais, como a violação.

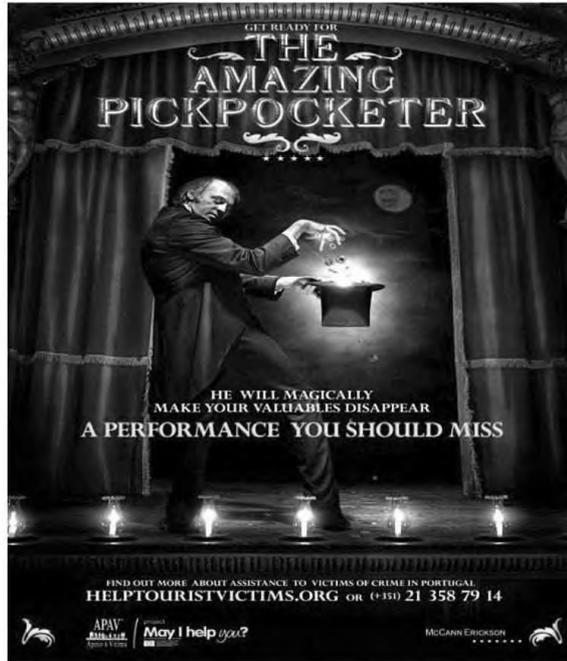
A prática de crimes contra turistas pode ter como razão a personalidade do próprio agente, questões diversas ligadas ao contexto socioeconómico de uma determinada comunidade, o ambiente e as características da vítima. A maior parte dos crimes praticados contra turistas em Portugal aproveita-se do ambiente e das características da vítima - serão crimes oportunistas em que a prevenção parece ser fundamental para os evitar.

Quem é a vítima?

As principais nacionalidades das vítimas são aquelas mas representativas dentro dos turistas que visitam Portugal: inglesa, espanhola, francesa, alemã e brasileira.

Alguns estudos apontam para determinadas características apresentadas pelos turistas, que potenciam a prática de crimes:

- Se destacaram fisicamente entre a população residente;
- Utilizarem mapas, passando



a sensação de que não conhecem o território ao seu redor;

- Terem à vista máquinas fotográficas;
- Andarem em carros alugados;
- Levarem consigo elevadas quantias em dinheiro e cartões bancários;
- Adotarem um "comportamento de férias": atitude distraída e descontraída, deixando os bens pessoais à vista e acessíveis a terceiros, sem prestar atenção ao que se passa à volta; passarem por ruas sem vigilância, iluminação ou possibilidade de escapar de uma eventual situação de risco.

Qual o impacto?

Para além do impacto emocional/psicológico, os turistas vítimas de crime podem ver-se privados de grande parte ou da totalidade do seu dinheiro e/ou cartões bancários, documentos de identificação e de viagem e outros pertences pessoais, colocando em causa a sua permanência neste país e também o retorno ao seu país de residência.

Porque precisam de apoio?

Os turistas vítimas podem enfrentar diversos obstáculos para exercerem os seus direitos, devido à curta permanência no país (dificulta a apresentação de quei-

xa, a obtenção de advogado/a e a participação no processo), ao desconhecimento da língua, das instituições de apoio, do funcionamento do sistema judicial e dos próprios direitos. Considerando o perfil do turista em Portugal e os tipos de crime que em regra os atingem, podemos elencar as necessidades frequentemente apresentadas pelos turistas vítimas, imediatamente após o crime:

- Apoio emocional e psicológico pontual às vítimas, seus amigos e familiares;
 - Contacto com empresas de cartão de crédito e de telemóvel para o cancelamento dos serviços e com companhias aéreas para o cancelamento ou remarcação de viagens;
 - Contacto com familiares no seu país de origem;
 - Acesso à Internet;
 - Cuidados de saúde;
 - Fornecimento de bens de primeira necessidade;
 - Aconselhamento jurídico;
 - Pedido de indemnização;
 - Requerimento ao Tribunal para prestar declarações para memória futura (art. 271º do Código do Processo Penal).
- A maioria dos turistas vítimas de crime também necessita de apoio após o retorno ao seu país de residência. Este apoio pode consistir em:
- Apresentação da queixa, caso não o tenha feito;
 - Tradução informal e apoio na compreensão das notificações judiciais;
 - Acompanhamento do pedido de indemnização;
 - Referenciação e articulação com outras instituições de apoio à vítima do país de residência, nomeadamente para o apoio emocional/ psicológico. *



Procure a vítima.
Será que encontra?

Reconhecer as vítimas de crime não é fácil. Muitas delas vivem no silêncio e nem sempre os sinais de violência são visíveis. Para lhes dar voz existe a APAV.

Faça-se associado/a em www.apav.pt



SAPO24

APAV cria site específico para estrangeiros vítimas de crimes

Todos os estrangeiros em Portugal, particularmente imigrantes e refugiados, que sejam vítimas de crime podem conhecer os seus direitos através do novo 'site' da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), disponível a partir de hoje.



A [nova página](#), criada na sequência do trabalho que tem vindo a ser feito pela Rede de Apoio a Vítimas Migrantes e de Discriminação, pretende disponibilizar informação sobre crimes específicos, nomeadamente discriminação, crimes de ódio, tráfico de seres humanos e mutilação genital feminina.

"As pessoas encontram aqui alguma informação sobre o que são estes crimes e percebem de que forma podemos ajudar. Temos uma secção que explica direitos das pessoas migrantes vítimas de crimes, de que forma podem apresentar uma queixa, como aceder a cuidados de saúde, justiça, etc, e depois explicamos os apoios que prestamos, nomeadamente jurídico, psicológico ou social", explicou, em declarações à agência Lusa, a responsável pela rede.

Segundo Joana Menezes, a informação disponível no [novo 'site'](#) está para já escrita em português, havendo também alguma traduzida em inglês, mas a ideia é a de que seja futuramente possível traduzir para outras línguas de forma a conseguir chegar a mais pessoas.

A responsável acredita que através do 'site' será possível aumentar o número de pessoas que apresenta queixa junto das autoridades policiais, sendo que para Joana Menezes é preciso fazer a diferença entre as pessoas com nacionalidade não portuguesa e as pessoas que são vítimas de discriminação independentemente da sua nacionalidade.

"Mesmo para um cidadão nacional é difícil saber quais são os seus direitos numa situação de crime, como é que pode apresentar uma queixa, como é que pode ter apoio jurídico, portanto para uma pessoa que não é portuguesa essa dificuldade é ainda maior", sublinhou.

Acrescentou que esta é uma dificuldade que se torna ainda maior nas situações em que as vítimas não estão em situação legal, não têm a documentação regularizada ou quando têm medo de se dirigir às autoridades.

Por outro lado, e especificamente no que diz respeito à discriminação, Joana Menezes apontou que as pessoas têm sempre muito pouca informação sobre o que podem fazer em caso de serem vítimas.

Sobre se tem havido ou não um aumento no número de queixas, Joana Menezes explicou que a realidade muda consoante o crime que está em causa, apontando que a mutilação genital feminina é um crime que "está mais presente em Portugal do que há uns anos atrás" porque trata-se de uma prática que passa a ser comum quando comunidades que a têm como parte dos seus hábitos vêm viver para Portugal.

"Relativamente à discriminação, crimes de ódio, é difícil dizer se tem havido aumento ou não, mas parece-nos importante que haja um aumento das queixas porque efetivamente é uma realidade em Portugal", apontou.

A responsável espera, por isso, que esta nova ferramenta ajude a que estas realidades se tornem mais visíveis e que as pessoas que são vítimas possam obter apoio.

Segundo o relatório de 2016 sobre "Vítimas de discriminação", a APAV ajudou 310 pessoas entre 2011 e 2015, sendo que a maioria, quase dois terços, não apresentou queixa às autoridades.

A maioria dos casos (66%) chegou através da Rede de Apoio a Vítimas Migrantes e de Discriminação.

APAV | Apoio à Vítima Migrante e de Discriminação



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima **acaba de disponibilizar online um novo site**, uma nova página dedicada à Rede de Apoio à Vítima Migrante e de Discriminação.

A Rede de Apoio a Vítimas Migrantes e de Discriminação é uma sub-rede especializada da APAV dedicada ao apoio a pessoas de nacionalidade não portuguesa - imigrantes, refugiados ou que se encontrem em Portugal temporariamente por outros motivos - que tenham sido vítimas de qualquer tipo de crime. É ainda especializada na intervenção em alguns tipos de crime, independentemente da nacionalidade da vítima, nomeadamente: tráfico de pessoas, mutilação genital feminina, casamento forçado, crimes de ódio e discriminação, bem como nas situações de discriminação enquanto contra-ordenação.

Criada no seguimento dos projectos focados no apoio a vítimas migrantes e de discriminação que a APAV tem vindo a desenvolver desde 2005, esta rede promove a continuidade desta resposta especializada e possibilita uma melhor articulação de esforços no apoio específico, tendo actualmente como integrantes a Unidade de Apoio à Vítima Migrante e de Discriminação de Lisboa, a Unidade de Apoio à Vítima Migrante de Vila Franca de Xira e a Unidade de Apoio à Vítima Migrante e de Discriminação dos Açores.

A nova página da Rede de Apoio a Vítimas Migrantes e de Discriminação disponibiliza informações sobre as Unidades que compõem esta rede e os tipos de apoio que presta, os direitos de imigrantes e estrangeiros vítimas de crime em Portugal, disponibilizando ainda informações sobre crimes que afectam especialmente a população migrante, nomeadamente a discriminação racial, os crimes de ódio, o tráfico de pessoas, a mutilação genital feminina.

Visite aqui a nova página: www.apav.pt/uavmd



APAV inaugura Gabinete de Apoio à Víctima de Oeiras

Gabinete de Apoio à Víctima de Oeiras

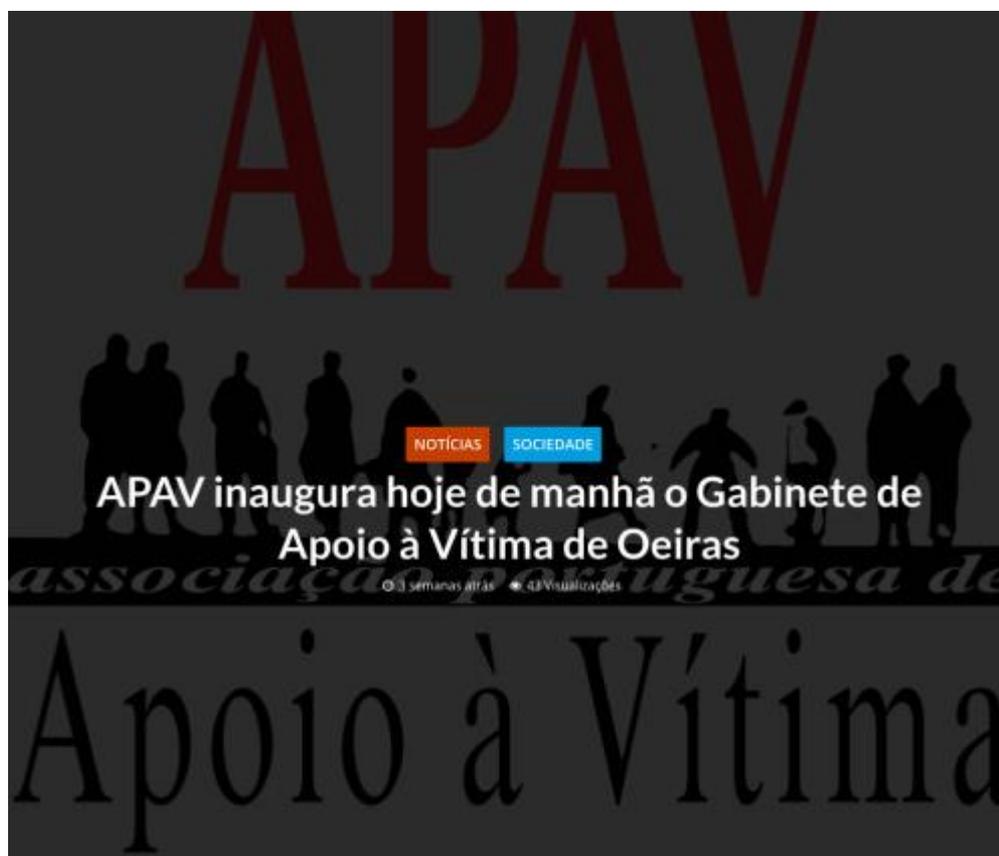
Na sua missão de apoiar vítimas de crime, seus familiares e amigos, a APAV – Associação Portuguesa da Apoio à Víctima tem, ao longo de 27 anos, construído e ampliado as suas redes de serviços de proximidade por todo o país para estar mais perto e melhor servir os cidadãos vítimas de crime, preparando-se para fixar um novo gabinete de apoio em Oeiras.

A cerimónia de abertura do Gabinete de Apoio à Víctima de Oeiras terá lugar no dia 8 de Setembro, às 11h00, e irá contar com a presença do Presidente da APAV, João Lázaro, e do Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Paulo Vistas.

O novo Gabinete de Apoio à Víctima conta com o apoio do Município de Oeiras e da Polícia de Segurança Pública (Divisão Policial de Oeiras do COMETLIS) e fica situado nas instalações da Esquadra de Oeiras da PSP, na Rua do Espargal, nº 18 - 2780-012 Oeiras.

Deste modo, a APAV passa a estar diretamente presente em 25 concelhos através da sua rede nacional de 18 Gabinetes de Apoio à Víctima®, alicerçada nas três sub-redes de apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual (CARE), familiares e amigos de vítimas de homicídio (RAFAVH) e vítimas migrantes e de discriminação (UAVM+D), bem como na rede de Casas de Abrigo e à Linha de Apoio à Víctima – 116 006 – número europeu gratuito de apoio a vítimas.

A APAV acredita e trabalha para que quem é vítima de crime em Portugal tenha veja os seus direitos reconhecidos, garantido o seu exercício não somente em letra de lei, considerando-se para isso essenciais a informação e os serviços qualificados e independentes de apoio à vítima.



A APAV passa a estar diretamente presente em 25 concelhos.

Na sua missão de apoiar vítimas de crime, seus familiares e amigos/as, a APAV tem, ao longo de 27 anos, construído e ampliado as suas redes de serviços de proximidade por todo o país para estar mais perto e melhor servir os cidadãos vítimas de crime.

A cerimónia de abertura do Gabinete de Apoio à Vítima de Oeiras terá lugar hoje, dia 8 de Setembro, pelas 11h00, e irá contar com a presença do Presidente da APAV, João Lázaro, do Comandante do Comando Metropolitano de Lisboa, Super-Intendente Jorge Maurício e do Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Paulo Vistas. O novo Gabinete de Apoio à Vítima conta com o apoio do Município de Oeiras e da Polícia de Segurança Pública (Divisão Policial de Oeiras do COMETLIS) e fica situado nas instalações da Esquadra de Oeiras da PSP, na Rua do Espargal, nº 18, Oeiras.

Deste modo, a APAV passa a estar diretamente presente em 25 concelhos através da sua rede nacional de 18 Gabinetes de Apoio à Vítima®, alicerçada nas três sub-redes de apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual (CARE), familiares e amigos de vítimas de homicídio (RAFAVH) e vítimas migrantes e de discriminação (UAVM+D), bem como na rede de Casas de Abrigo e à Linha de Apoio à Vítima – 116 006 – número europeu gratuito de apoio a vítimas.

A APAV acredita e trabalha para que quem é vítima de crime em Portugal tenha veja os seus direitos reconhecidos, garantido o seu exercício não somente em letra de lei, considerando-se para isso essenciais a informação e os serviços qualificados e independentes de apoio à vítima.



PORTUGAL VAI TER LISTA NEGRA DAS EMPRESAS QUE PERMITEM ASSÉDIO

Beatriz Dias Coelho*
beatriz.coelho@sol.pt

Lei muda este domingo. Trabalhadores passam a estar mais protegidos e empresas com mais de sete trabalhadores vão ter de implementar um código de conduta.

Em Portugal, 16,5% da população ativa já foi alvo de assédio moral no trabalho pelo menos uma vez ao longo da vida e 12,6% já sofreu assédio sexual. Significa que pelo menos um em cada dez trabalhadores já esteve exposto a uma destas situações pelo menos alguma vez desde que entrou no mercado de trabalho. A partir deste domingo, a nova legislação promete tolerância reduzida. Prevê mesmo que o país passe a ter uma lista negra das empresas complacentes com este tipo de casos.

As estatísticas fazem parte de um estudo de 2016, no qual foram inquiridas 1801 pessoas, um trabalho coordenado pela socióloga Anália Torres e publicado pela Comissão Para a Igualdade no Trabalho (CITE). São o retrato mais recente da realidade que a nova legislação pretende prevenir. A prática de assédio no trabalho passa a constituir uma contraordenação muito grave e são várias as implicações.

Rita Garcia Pereira, advogada especialista em Direito do Trabalho, explica na SOL fala de um passo «bastante importante» e assinala os principais pontos a ter em conta.

Entre eles, está a possibilidade de os trabalhadores vítimas de assédio serem indemnizados, «desigualmente quanto à admissibilidade de recurso ao regime dos acidentes de trabalho e de doenças profissionais, tendo sido consagrada uma regra nova, no sentido de os empregadores ressarcirem a Segurança Social dos montantes avançados por esta».

Além disso, passa a ser obrigatório, para as empresas com sete ou mais trabalhadores, «terem um código de conduta, o qual deve proibir estes tipos de comportamento». Caso o empregador tenha conhecimento de alegadas situações de assédio no trabalho e não instaure um procedimento disciplinar, incorre numa contraordenação grave. A coima pode ir até 9690 euros. E as empresas que forem condenadas passarão a constar numa lista negra que ficará disponível no site da Autoridade Para as Condições no Trabalho (ACT).

Finalmente, na nova lei facilita-se, também, «a produção de prova testemunhal, através da notificação das testemunhas e da proteção das mesmas, presumindo-se como abusivo o seu despedimento até um ano sobre o respetivo depoimento».

Rita Garcia Pereira assinala, porém, que a nova lei ainda peca por defeito. Isto porque não prevê a inversão do ónus da prova que «existe apenas para o assédio fundado em discriminação».

Empresas que não instauem processos disciplinares a trabalhadores abusivos arriscam coimas até 9690 euros

Na prática, se um trabalhador invocar que é alvo de assédio, «mas não alegar que é discriminado perante os demais – desigualmente por ser o único na sua categoria ou por não ter com quem se comparar –, tem de provar os factos, os danos e o nexo de causalidade entre os factos ocorridos e os danos».

Caso a nova lei previsse a inversão do ónus da prova, o trabalhador teria «apenas de provar os factos, competindo à empregadora a demonstração de que existem factos objetivos que justifiquem a diferença de tratamento».

Que tipo de comportamentos estão em causa? A definição legal é abrangente. Segundo o n.º 1 do artigo 29.º do Código do Trabalho, «entende-se por assédio o comportamento indesejado, nomeadamente o baseado em fator de discriminação, praticado aquando do acesso ao emprego ou no próprio emprego, trabalho ou formação profissional, com o objetivo ou o efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade, ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador».

Um problema escondido?

Entre 1 de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2016, a Comissão Para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) recebeu 12 queixas de assédio moral, 30 de assédio sexual e quatro de assédio moral e sexual, números que ficam bastante aquém da realidade de assédio estimada no país. Em 2016, a mesma entidade recebeu quatro queixas relativas a assédio moral e nenhuma queixa relativa a assédio sexual nem a assédio moral e sexual.



Ainda há quem veja o assédio como sedução, alerta UMAR

«Os exatos números do assédio serão muito superiores aos que constam das estatísticas», sublinha Rita Garcia Pereira, apontando a instabilidade laboral como uma explicação possível. «Ainda vivemos sob o espectro de que é melhor um mau emprego do que nenhum emprego». Helena Sampaio, psicóloga e assessora técnica da direção da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), tem a mesma leitura e acrescenta que «como se trata de uma matéria que por vezes é difícil provar, as vítimas, dentro do possível, vão gerindo o dia-a-dia e as situações conforme sabem».

Helena Sampaio lembra ainda que, na maioria dos casos, «as pessoas que praticam estas ações negativas têm o cuidado de as praticar de forma privada». Por isso, muitas vezes, as vítimas não conseguem provar o assédio recorrendo a testemunhas. Outros casos há em que «alguns comportamentos ou revelações mais intimidatórias de cariz sexual podem ser registados através de e-mails ou mensagens», afirma, o que pode tornar mais fácil a denúncia.

À semelhança da CITE, a psicóloga da APAV diz que a associação «praticamente» não recebe queixas e aponta como possíveis justificações, para além da dificuldade em provar, «a vergonha e o sentimento de culpa». Mas sublinha que a equipa está preparada para lidar com estas situações, independentemente de as vítimas terem ou não condições para avançar com um processo judicial. Informam as vítimas sobre «procedimentos legais» e «os seus direitos», podendo ainda «articular com outras entidades, como a CITE ou a ACT» e concedendo «apoio psicológico de forma gratuita e confidencial».

Helena Sampaio assinala que esse apoio pode ser determinante, uma vez que o assédio no trabalho pode ter efeitos particularmente nefastos a nível psicológico, «como angústia, algumas perturbações psicossomáticas, a redução da produtividade e até o comprometimento da própria eficácia do trabalho».

O SOL contactou a ACT para obter informações sobre queixas e denúncias junto do regulador das condições de trabalho no país, bem como de estatísticas, mas não



recebeu informações até ao fecho desta edição.

A importância da educação

O assédio, em particular o assédio sexual, é uma problemática à qual a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) não está indiferente há já vários anos.

Em 2011, a UMAR promoveu a Rota dos Feminismos Contra o Assédio Sexual. Sob o tema «Assédio Sexual no espaço público e no trabalho», a associação passou por Faro, Beja, Setúbal, Lisboa, Viseu, Coimbra, Porto e Braga com atividades culturais e performativas.

No âmbito desta iniciativa, a UMAR fez dois questionários para tentar perceber melhor os contornos do fenómeno no país. «**Uma grande percentagem dos inquiridos revelou que já tinha sido vítima de assédio sexual na rua, no trabalho ou na academia**», diz Maria José Magalhães, da UMAR. O questionário revelou também que «**o assédio sexual está tão generalizado e tão naturalizado, que a grande maioria das pessoas confundia assédio sexual com sedução, como se fosse uma forma de iniciar um flirt**».

Entretanto, a associação desenvolveu outros projetos e, atualmente, em conjunto com a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, dinamiza o projeto *Bystanders – Developing bystanders' responses to sexual harassment among young people*. Financiado pela Comissão Europeia, este projeto internacional envolve entidades de outros três países – Reino Unido, Malta e Eslovénia. O objetivo, até agosto de 2018, é conceber e implementar um programa de prevenção em contexto escolar sobre assédio sexual, com estudantes e profissionais, nos quatro países.

Com foco nos jovens testemunhas de assédio, o projeto pretende, além de «**combater a naturalização do assédio sexual**», ensinar «**os jovens a atuar**». A representante da UMAR frisa que o assédio sexual é «**um problema histórico e social**» e lembra que afeta não só mulheres, mas também homens. A representante sublinha que esta formação, apesar de não se focar no assédio em contexto laboral, acaba por ter repercussões um dia mais tarde, quando os jovens crescem e «**entram na sociedade ativa**».

*Texto editado por Marta F. Reis

Um provedor do colaborador nas empresas?

A lei não o exige, mas há empresas a avançar por aí. Em 2009, a cadeia de supermercados Lidl criou a função do Provedor do Colaborador, um interlocutor e conselheiro neutro a quem cabe garantir o bem estar, satisfação e motivação dos colaboradores e a existência de um clima de trabalho positivo. Atualmente, o Lidl conta com cinco Provedores do Colaborador, com responsabilidade sobre as várias regiões do país. Promovem também iniciativas para reforçar os laços entre os colaboradores e a firma.

No Porto, Retratos sem Medo

Publicado em [12/09/2017](#)



Inaugura amanhã, dia 13, e prolonga-se até 10 de novembro a exposição *Retratos sem Medo*. A exposição, uma coletiva reúne os nomes de Amani Alshaali, Bëata Rydén, Brooke Shaden, Hanna Wallsten, Joel Robison, Margherita Introna e Paulo Carvalho, que também é o organizador da mesma, sendo apresentada no Centro Português de Fotografia, no âmbito do Porto Photo Festival.

Nesta mostra salientamos a determinação dos artistas em assumirem o seu trabalho. Diz-nos o texto de apresentação que *“os artistas no início da sua carreira artística, passam por uma fase de muitos receios e medos no que diz respeito ao partilharem as suas obras. Seja pelos pensamentos de inferioridade, de fracasso ou da severa crítica dos críticos da arte, muitos realizam a sua arte e arrumam na gaveta. Todas as obras artísticas devem ser partilhadas, pois a arte é um meio de comunicação que se usa para transmitir emoções e estórias. É preciso entender que e como dizia Aristóteles, “o objetivo da arte não é representar a aparência exterior das coisas, mas o seu significado interior”.*

P

guiadolazer

FOTOGRAFIA

Retratos Sem Medo



T. 222076310

Porto, Centro Português de Fotografia - Cadeia da Relação do Porto - Campo Mártires da Pátria

13-09 a 10-11. Terça a sexta das 10h00 às 18h00 ; Sábado, domingo e feriados das 15h00 às 19h00 .

Grátis

Fotografia. Integrada no Porto Photo Fest 2017.

PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS CRIANÇAS VAI A VILA REAL

APAV promove atividades para prevenir violência contra crianças

Lusa em Sáb, 23/09/2017 - 15:43



O projeto Junt@s na Prevenção da Violência contra as Crianças vai a Vila Real para desenvolver “ferramentas de intervenção inovadoras para crianças do primeiro ciclo do ensino básico”.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) promove no próximo dia 27 de setembro, quarta-feira, o ‘Dia J’ em que serão apresentados o livro ‘A Estrela de Klahan’ e o jogo ‘Junt@s no Quiz’. A apresentação terá lugar no Jumbo de Vila Real, às 14h30.

No local, segundo a informação enviada às redações, estará a autoria do livro, Ana Paula Figueira, do ilustrador do mesmo, Pedro Emanuel Santos, e de Gil de Carmo, autor da versão áudio do conto.

‘A Estrela de Klahan’ conta um audiobook, com a narrativa da história e música, enquanto o ‘Junt@s no Quiz’, consiste num jogo com perguntas e respostas alusivas aos temas igualdade de género, relacionamentos, efeitos da violência, direitos e segurança. É destinado a crianças a partir dos 6 anos idade

“O livro e o jogo foram desenvolvidos no âmbito do projeto Junt@s na Prevenção da Violência contra as Crianças, que tem como objetivo principal o desenvolvimento de ferramentas de intervenção inovadoras para crianças do primeiro ciclo do ensino básico, com o intuito de educar as crianças para o estabelecimento e manutenção de relações saudáveis; dotando-as de competências de segurança caso sejam vítimas de crime, procurando diminuir o risco de as crianças serem vítimas de violência e de crime”, lê-se no comunicado.

Livro e jogo infantis fomentam «relações saudáveis»

Texto Juliana Batista | 21/09/2017 | 08:40



Dois novos trabalhos dirigidos ao público infantil fornecem ferramentas para a manutenção de «relações saudáveis» e abordam a necessidade da igualdade de género

IMAGEM

Livro apresenta criança que alerta adultos para a importância de proteger os menores

Um livro e um jogo infantis criados com o objetivo de promover «relações saudáveis» vão ser apresentados no próximo dia 27 de setembro, no Jumbo de Vila Real, pelas 14h30. Com o título «A Estrela de Klahan», o livro expõe a história de um rapaz de nove anos que alerta os adultos para a importância de apoiar e proteger as crianças.

Por sua vez, o jogo, com o nome «Junt@s no Quiz», apresenta questões e respostas sobre assuntos como a igualdade de género, relacionamentos, consequências da violência, direitos e segurança. Criado pela 'Ultimo Take', o jogo é dirigido a crianças com mais de seis anos de idade, e foi desenvolvido para dar a conhecer comportamentos de segurança a adotar nos ambientes onde as crianças se movem. Na sessão de apresentação destes novos trabalhos vão estar a autora do livro, Ana Paula Figueira, o seu ilustrador, Pedro Emanuel Santos, e o autor da versão áudio da obra (voz e música), Gil do Carmo.

O livro e o jogo são lançados no âmbito do projeto 'Junt@s na prevenção da violência contra as crianças', que fornece ferramentas às crianças para que estas possam desenvolver «relações saudáveis» e adquirir conhecimentos para reagir adequadamente perante a violência e o crime. Com o nome «Dia J», a data lançamento de ambos os trabalhos conta com a contribuição da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

APAV promove atividades para prevenir violência contra crianças

O projeto Junt@s na Prevenção da Violência contra as Crianças vai a Vila Real para desenvolver “ferramentas de intervenção inovadoras para crianças do primeiro ciclo do ensino básico”.



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) promove no próximo dia 27 de setembro, quarta-feira, o 'Dia J' em que serão apresentados o livro 'A Estrela de Klahan' e o jogo 'Junt@s no Quiz'. A apresentação terá lugar no Jumbo de Vila Real, às 14h30.

No local, segundo a informação enviada às redações, estará a autoria do livro, Ana Paula Figueira, do ilustrador do mesmo, Pedro Emanuel Santos, e de Gil de Carmo, autor da versão áudio do conto.

'A Estrela de Klahan' conta um audiobook, com a narrativa da história e música, enquanto o 'Junt@s no Quiz', consiste num jogo com perguntas e respostas alusivas aos temas igualdade de género, relacionamentos, efeitos da violência, direitos e segurança. É destinado a crianças a partir dos 6 anos idade

"O livro e o jogo foram desenvolvidos no âmbito do projeto Junt@s na Prevenção da Violência contra as Crianças, que tem como objetivo principal o desenvolvimento de ferramentas de intervenção inovadoras para crianças do primeiro ciclo do ensino básico, com o intuito de educar as crianças para o estabelecimento e manutenção de relações saudáveis; dotando-as de competências de segurança caso sejam vítimas de crime, procurando diminuir o risco de as crianças serem vítimas de violência e de crime", lê-se no comunicado.

Visita da Delegação do Conselho Nacional do Ministério Público do Brasil

2017/09/28



No dia 22 de setembro, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) recebeu, em representação da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, a Delegação Brasileira do Conselho Nacional do Ministério Público do Brasil (CNMP) no âmbito da visita técnica da Delegação – Programa Diálogos Sectoriais entre o CNMP e a União Europeia.

A Delegação Brasileira é liderada pelo Conselheiro Valter Shuenquener de Araújo, Juiz Federal e Conselheiro do CNMP, e foi acompanhada pela APAV. Esta representação do Conselho Nacional do Ministério Público do Brasil encontra-se em visita a vários países europeus procurando recolher boas práticas no âmbito da igualdade de género e combate à violência doméstica e de género que possam contribuir para o sucesso do Programa de Diálogos Setoriais.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Coordenador da Enasp reúne-se com Associação de Proteção às Vítimas e representante do Conselho de Ministros de Portugal para tratar de violência doméstica

Publicado em 26 de Setembro de 2017

Na última sexta-feira, 22 de setembro, o conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e coordenador da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), Valter Shuenquener, reuniu-se com João Lázaro, presidente da Associação Portuguesa de Proteção às Vítimas (APAV) para tratar das formas de atuação do Terceiro Setor em parceria com o Poder Público no enfrentamento à violência doméstica. A reunião ocorreu no âmbito do projeto Diálogos Setoriais União Europeia-Brasil.



A delegação brasileira, coordenada por Shuenquener, é composta pelo membro auxiliar da Enasp Maurício Andreiuolo (MPF), o membro colaborador Heverton Aguiar (MP/RO), as promotoras de Justiça Lúcia Iloizio Barros Bastos (MP/RJ), Flavia Unneberg (MP/CE), Luciana do Amaral Rabelo (MP/MS) e Valéria Scarance (MP/SP), além do servidor Wilfredo Pacheco (CNMP).

Na oportunidade, João Lázaro explicou que a entidade promove medidas de acolhimento às vítimas de violência doméstica de forma multidisciplinar, fornecendo abrigos de acolhimento às mulheres vítimas de violência doméstica, e realiza campanhas publicitárias de conscientização dos direitos da mulher. A delegação também visitou as instalações da casa de acolhimento e conversou a respeito das formas de financiamento desses serviços à sociedade.

O secretário-geral da APAV, Frederico Moyano Marques, destacou que esses serviços são importantes para o acolhimento da vítima, para a disponibilização de assistência jurídica e psicológica e disponibilização de call center às vítimas de violência doméstica.

Shuenquener ressaltou a importância dos dados elaborados pela entidade a respeito das questões de gênero e fez um paralelo com o Cadastro Nacional de Violência Doméstica (CNVD) no contexto brasileiro. "A construção de banco de dados nacional de violência doméstica é um dos projetos de sucesso do Brasil e poderá melhorar ainda mais com as boas práticas apresentadas pela APAV no tratamento dos dados estatísticos", disse Shuenquener.



Participou também da reunião a diplomata do Ministério das Relações Exteriores do Brasil Paula Gomes.



Encontro com representantes da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero da Presidência do Conselho de Ministros de Portugal

Na parte da tarde, a delegação brasileira foi recebida pela presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero do Conselho de Ministros de Portugal, Teresa Fragoso, que relatou a atuação da comissão na área internacional de violência doméstica, mediante a inclusão do combate a esse tipo de violência no plano de atuação anual do governo de Portugal.



Teresa destacou a atuação do governo português no plano internacional, ao adotar as diretivas da Convenção de Istambul, que versa sobre violência doméstica na Europa, apresentou as estatísticas nacionais quanto ao tema e mostrou as publicações científicas que o órgão elaborou com base nos dados obtidos.

Participaram também da reunião a técnica da Comissão de Igualdade de Gênero Sara Moreira e a diplomata do Ministério das Relações Exteriores do Brasil Paula Gomes.



BEAUTY TALKS

HAIR FASHION WEEKS | JEAN LOUIS DAVID CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

11 Setembro, 2017

A Jean Louis David em parceria com a APAV, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, realiza a VI Edição da Hair Fashion Weeks para sensibilizar para a luta contra a violência doméstica. Este...

[CONTINUAR A LER](#)

Cabelosonline

Começa hoje mais uma edição das Hair Fashion Weeks



Gosto Sê o primeiro dos teus amigos a gostar disto. Tweet Share G+



Começa hoje a IV edição das Hair Fashion Weeks, promovidas pelos salões Jean Louis David numa parceria com a APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vitima.

Depois da parceria com a Associação Laço em março deste ano, a Jean Louis David volta a apoiar a APAV a partir de hoje, dia 12, até dia 25 de setembro. A ação visa a angariação de fundos para a luta contra a violência doméstica através de dois pacotes promocionais disponíveis nos salões de cabeleireiro Jean Louis David de todo o país, que incluem um pack de corte e brushing e outro de coloração e brushing.

Recordamos que Jean Louis David já doou mais de 18.000€ à APAV e mais de 8.000€ à Laço através das Hair Fashion Weeks.



14
SET/25

Hair Fashion Weeks - Jean Louis David e APAV.

Ana Gomes



Começou hoje mais uma campanha solidária da **Jean Louis David** associada à **APAV**. O lema destas "Hair Fashion Weeks" é Dar Voz às Mulheres e pretende não só alertar as mulheres para a problemática da violência doméstica mas também reforçar a autoestima e confiança.

Mas afinal... em que consiste esta acção? São packs especiais com preços bastante convidativos. De 14 a 20 Setembro, os salões irão disponibilizar um **pack especial de cor e brushing pelo preço único de €25** e, na semana seguinte, de 21 a 27 de Setembro, será **corte e brushing pelo preço único de €17**. Em ambas as semanas, €2 revertem a favor da APAV.

A primeira edição deste ano - que aconteceu em Abril - e resultou num donativo de quase 9000€!

Naturalmente que a vertente solidária é uma óptima motivação mas convenhamos que estes packs têm um óptimo preço e vale a pena aproveitar se realmente precisarem de realizar algum destes serviços.

Delas

Dê um corte no cabelo e na violência doméstica



Até ao próximo domingo, 24 de setembro, **decorre a VI edição da Hair Fashion Week**. Uma iniciativa promovida pela Jean Louis David que nos dá, nesta altura, a **possibilidade de fazermos o tradicional corte de cabelo**, após as férias de verão, a **preços mais em conta e contribuindo para ajudar uma associação sem fins lucrativos**. Nesta edição, a **APAV** (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) foi a instituição escolhida.

Se ainda não se desfez do cabelo seco e das pontas espigadas, aqui tem uma boa oportunidade para fazê-lo e de **forma solidária**. A marca de cuidados capilares criou **dois packs promocionais: o corte+brushing** que normalmente anda entre os €20,90 e os €25,90 e por estes dias encontra-se a €19; e **o cor+brushing** que inclui qualquer serviço de cor que o salão tenha à disposição, desde uma simples coloração até uma técnica exclusiva da marca, e se geralmente chega aos €50, agora está por €25.

Destes valores, **€1,5 reverte a favor da APAV**, uma associação portuguesa sem fins lucrativos, fundada em 1990, que se dedica a apoiar vítimas de crimes através da prestação de serviços gratuitos e confidenciais.